



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS,
ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
CENTRO DE PESQUISA E EXTENSÃO DA FEAC

Texto para discussão

Texto para discussão nº 13/2004

TERCEIRIZAÇÃO INDUSTRIAL NO MEIO RURAL: RACIONALIDADES FAMILIARES E EMPRESARIAIS

João Carlos Tedesco

Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre o Trabalho
(GIEST)

TERCEIRIZAÇÃO INDUSTRIAL NO MEIO RURAL: RACIONALIDADES FAMILIARES E EMPRESARIAIS*

João Carlos Tedesco**

RESUMO

O texto analisa o processo de terceirização da produção industrial no meio rural na forma de ateliês prestadores de serviço ao setor coureiro-calçadista. Busca localizar essa dimensão produtiva no conjunto dos novos processos de reestruturação produtiva industrial, bem como das novas dinâmicas de trabalho presentes na unidade familiar camponesa.

Palavras-chave: pluriatividade, terceirização, empreendedorismo, unidade familiar.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esse texto¹ é resultado de uma pesquisa realizada no meio rural da região da Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul, mais precisamente nos municípios de Ciríaco, David Canabarro, São Domingos do Sul, Casca, Paraí e Nova Prata. A pesquisa de campo foi feita pessoalmente pelo autor. Utilizaram-se técnicas de visita nos locais de trabalho, entrevistas com proprietários, ou sócios, de ateliês, trabalhadores, geralmente com mulheres, em horários fora do expediente de trabalho, aos sábados e aos domingos. Foram feitos também conversas livres, sem um roteiro previamente estabelecido, contatos com secretários de Planejamento e de Agricultura de alguns municípios da região, além de visitas e contatos com proprietários de empresas terceirizadoras. O levantamento empírico foi realizado e intercalado entre os dias 3 de dezembro de 2002 e 10 de janeiro de 2003.

Propusemo-nos investigar, especificamente, as práticas de trabalho que se constituíram nos ateliês de costura de tênis e bolas vinculados ao ramo industrial-calçadista da região. A preocupação foi, unicamente, ter esse cenário como foco de análise qualitativa. Priorizou-se a análise de ateliês no meio rural, que empregam trabalhadores em tempo integral ou em tempo parcial na confecção de tênis e de bolas para grandes empresas do ramo coureiro-calçadista da região colonial do Rio Grande do Sul.

Para dar conta de alguns processos que se desenvolvem nessa ação, lançamos mão de noções como as de empreendedorismo, de gênero no trabalho, de relação entre trabalho agrícola e trabalho industrial no meio rural no espaço específico dos ateliês, da relação de gestão e de administração num cenário de convivência, que vai muito além ou aquém dos pressupostos de racionalidade administrativa empresarial.

Esse processo, como um todo, desenvolve-se, obedecendo a racionalidades múltiplas; viabiliza-se envolvendo pessoas muito próximas, vínculos abrangentes, tais como a relação entre empresa-mãe, terceirizadora/subcontratante e pequenas empresas terceirizadas e prestadoras de serviços no meio rural. Porém, o cotidiano de trabalho, as repercussões disso para o desenvolvimento regional/local e suas implicações no âmbito da família, do rural/agrícola e no seio familiar (saberes, jovens, mulheres etc.), dentre outras questões, não podem ser descuidadas, pois têm uma implicação muito intensa nessas relações de produção.

* Artigo publicado na Revista Teoria e Evidência Econômica, v. 10 n. 19, novembro de 2002, p. 139-163.

** Professor da Universidade de Passo Fundo.

¹ O presente texto é parte de um estudo maior que está sendo publicado na forma de livro, o qual se intitula *Ateliês industriais no meio rural: racionalidades empresariais e familiares*, pelas editoras Clío e Méritos, 2003 (no prelo). O referido trabalho foi apresentado no Congresso Brasileiro de Sociologia, no GT sobre Formas sociais de trabalho na agricultura brasileira, no dia 4/09/2003, na Unicamp.

A região é composta, basicamente, por agricultores familiares, com intensa diversificação produtiva agrícola e não agrícola, com significativa presença de mão-de-obra que reside no meio rural. Em alguns casos, a população rural é superior aos 70 % da população total do município. Apresentam-se após a metade da década de 1990, com bastante intensidade, empresas do ramo calçadista, as quais terceirizam grande parte de suas atividades no meio rural.

A prática de prestar serviços terceirizados no meio rural, via ateliês e/ou a domicílio, pelo sistema de produção fragmentada e difusa, faz parte da política adotada pelas grandes empresas do setor desde a metade da década de 1980 em várias regiões do país, em correspondência com processos semelhantes aos já evidenciados em outros países, como na Itália, em Portugal e, principalmente, na França. Assim, diz Schörner (2000), as pequenas e microempresas acabaram encontrando um mercado em desenvolvimento, formando, hoje, uma espécie de “cinturão de fornecedores”.

O inédito nisso tudo é que as unidades familiares que canalizam trabalhadores em ateliês caracterizam-se por serem, ao mesmo tempo, proprietários fundiários, agricultores que produzem excedentes e que também lançam mão da identidade de assalariado fabril a alguns de seus membros. Esse processo se espalhou com grande intensidade após a década de 1990 nos meios rural e urbano dos municípios já mencionados.

As principais empresas que estendem seus vínculos são: a Dall Ponte, a São Paulo Alpargatas, a Kalita-Exces, a Bel Passo, a Plaska, dentre várias outras menores situadas nos municípios de São Domingos, Vanini, Casca, Nova Prata, Paraí, Nova Bassano e Veranópolis.

A escolha da região para análise deve-se ao fato da imensa presença de empresas do ramo nessa parte do estado num curto espaço de tempo e por ser, para os colonos da região, uma atividade nova, recente e que os coloca num cenário de relações, de vínculos espaciais e de trabalho direto com a terra, muito complexo, transversado por intenções internas e externas de difícil apreensão e análise.

O interesse maior é analisar *de perto* esse cenário dos ateliês, tentando apreender algumas de suas relações, ainda que tenhamos a certeza de que é impossível analisar um aspecto isolado, desvinculado de um conjunto de fatores que constituem o meio rural hoje e os processos empresariais em correlação com esse espaço. Optamos por investigar unicamente os ateliês, tendo presente suas diferenciações em termos de vínculos empresariais, tamanho, produção, práticas de trabalho (associativo-cooperativas) e formas de remuneração da força de trabalho.

Os ateliês, de uma forma simples, são espaços de produção não individualizados de atividades industriais na forma de prestação de serviços terceirizados/subcontratados e sem nenhum vínculo empresarial e empregatício com as empresas terceirizadoras, ou empresas-mãe, como alguns proprietários de ateliês nos disseram. Podem se localizar no porão de uma casa, que é a forma mais comum, num ambiente construído apropriadamente numa casa desabitada, num “pavilhão”, como eles mesmos dizem, e que tenha uma sala grande, o que é comum nos distritos mais antigos, que possuem muitas dessas casas antigas e desabitadas;² ou, então, podem se apresentar em ambientes construídos comunitariamente, como é o caso do “salão da comunidade”, em espaços restritos “que não atrapalha”, como forma de manifestação de um acordo social e de um favorecimento local/comunitário para o desenvolvimento do empreendimento, do emprego e a permanência de pessoas (mulheres e jovens) no espaço local. As atividades desenvolvidas precisam estar no âmbito da costura, que pode ser de bolas e/ou, principalmente, de parcelas de confecção de tênis, que constitui a maior parte das atividades nos ateliês e o objeto desta análise.

Para fins de pesquisa e para se apreender algumas questões, visitamos doze ateliês distribuídos nos espaços rurais dos municípios já informados. Acompanhamos mais de perto nove deles em

² Em distritos pertencentes às cidades de Casca, São Domingos do Sul, Ciríaco, Nova Prata e Nova Bassano encontramos muitas dessas construções sem habitação servindo para atividades industriais, como os chamados “ateliês”.

razão das diferenças com os vínculos empresariais, do formato da organização do trabalho (se era uma cooperativa, uma propriedade individual ou uma sociedades de proprietários) e do tamanho dos ateliês. O número médio de trabalhadores dos ateliês visitados girou em torno de 7 a 12 pessoas, porém oscilou muito em razão da demanda. Visitamos ateliês com até 22 funcionários, no entanto a maioria não tinha mais de dez membros efetivos no final de dezembro de 2002.³

É bom informar também que existem alguns ateliês que não possuem vínculo direto com empresas-mãe, pois são pequenas empresas que costuram bolas, ou, então, fazem o tênis completo, “por conta”, como eles dizem. Esses possuem a sua marca e, inclusive, alguns vendedores externos, porém comumente vendem para empresas da região ou se aproveitam do circuito mercantil, mercadológico e logístico das mesmas.

Medos, desconfianças e resguardos em termos de informações foram a tônica que marcou os momentos de apreensão oral desta pesquisa. Um dono de ateliê não permitiu a entrevista num primeiro momento e sem mediação de “conhecidos”, principalmente de prefeituras; outro não nos permitiu fotografar, alegando que estava “tudo muito sujo e fora do lugar”, e outro justificou que “logo iria fazer o pagamento”.

1 O CONTEXTO SOCIAL DO MEIO RURAL E DOS NOVOS PROCESSOS DE TRABALHO NO HORIZONTE DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

A literatura sobre pluriatividade no meio rural, terceirização, informalidade, subcontratação a domicílio, industrialização descentralizada (difusa), agricultura familiar, já ganhou um grande espaço no meio acadêmico e, em parte, também no meio sindical.⁴

Não se quiseram partir com teses, explicações ou intenções teóricas previamente definidas, ainda que há mais de dez anos venhamos tentando entender processos e relações que se constituem no cenário da agricultura familiar, do meio rural em geral, dos vínculos desse cenário com o ramo agroindustrial, com o desenvolvimento urbano etc. Poderíamos ter partido da idéia da exploração do capital industrial pelo veio da empresa terceirizadora e, numa instância menor, pelo veio da terceirizada e das formas que a primeira, em grau maior, e da segunda, em grau menor, encontram para maximizar fatores de produção, trabalho e organização gerencial.

Isso pode estar presente, porém, olhando-se apenas por esse viés, estaríamos deixando de lado aspectos do campo das relações mais amplas, mais sutis e profundas, como é o caso da questão de gênero, da vida camponesa, das representações e socializações variadas em torno dessas noções de hoje, dos mecanismos viabilizadores das estratégias internas (familiares, do meio rural e desse espaço por excelência, da consciência do empreendedorismo local, da dimensão econômica reduzida e precária do meio rural para o pequeno agricultor).

Poderíamos ter como pressuposto que esse processo fosse expressivo de uma união entre estratégias de difusão industrial, fragmentando produções terceirizadas e informais num cenário de competitividade de mercado e de necessidade de redução de custos e, por extensão, de um agricultor que quer deixar a roça porque ganha pouco, tem pouca terra, mas não quer ir para a cidade como muitos já o fizeram; ou, então, que quer evitar que alguns dos seus filhos saiam da unidade familiar.

As empresas, sabendo desse cenário, induziriam os processos de trabalho industrial no meio rural e ditariam as regras de funcionamento da relação. Talvez tudo isso estivesse verdadeiramente

³ As entrevistas foram feitas todas diretamente. O auxílio de conhecidos nos espaços locais foi fundamental. Essa *abertura* de espaço foi importante. Não queremos aqui elencar nomes para que não se identifique e para que não se corra o risco, também, de deixar de fora alguns ou reduzir, arbitrariamente, a importância de outros. Temos a certeza de que, sem o auxílio de algumas pessoas influentes no meio urbano de algumas cidades, não teríamos condições de obter informações junto às empresas-mãe, espaço esse de maior reserva, bem como nos ateliês.

⁴ Há uma vasta literatura nacional e internacional sobre essa questão. Em nosso meio, são expressivos trabalhos como o de Schörner, os de Schneider, do Alentejano, os da Carneiro, do Anjos. Ver algumas indicações desses autores na bibliografia.

acontecendo, porém estaríamos novamente privilegiando aspectos que, em grande parte, são econômicos. Acreditamos que a relação não se reduz unicamente a esse aspecto por mais que seja o elemento de maior abrangência.

Admitimos que é importante colocar em cena a observação, permitir as falas, a possibilidade de ouvir trabalhadores envolvidos, os não envolvidos, os representantes do setor da administração pública regional, os empresários de ateliês, os de empresas terceirizadoras etc.; compreender o ambiente, o cenário, algumas perspectivas que norteiam a vida do agricultor familiar; ter presentes as intenções de prefeitos quando incentivam a atividade por via de políticas públicas ou em situações de favorecimento, emprestando veículos e funcionários para transportar trabalhadores até o local de trabalho, ou para fazer o transporte da matéria-prima e do produto semi-acabado entre ateliês e terceirizadoras; entrevistar membros de famílias, principalmente mulheres casadas e jovens do meio rural sobre suas intenções, seus projetos, o que gostariam que no futuro não se apresentasse como no presente; ouvir jovens rurais que já cursaram o ensino médio ou não, sobre seus planos, sobre seus desejos empreendedoristas, sobre seus futuros na agricultura, na cidade e em espaços de trabalhos variados.

Necessário se fez conhecer um pouco as famílias, conversar sobre seus desejos de consumo, de investimento no meio rural, seus limites de mercado, de estrutura fundiária, sua história vivida com a terra, seu número de filhos, desejos de permanecer próximos e em proximidade com o mercado de trabalho regional, o qual muitos nos disseram que “já está tomado” e que “tem gente pensando em voltar para o campo por causa do preço bom do produto que, se continuar assim, vai incentivar mais a produção, né, e por causa das costuras. Existem muitas mulheres que costuram bolas e que ganham bem mais do que qualquer um que vai pra cidade e tem de pagar por tudo o que come, o aluguel, a passagem. Não parece, mas um salário [referindo-se ao que, em média, os trabalhadores dos ateliês recebem] aqui representa muito para a família rural”.

O que queremos enfatizar é que há um conjunto de fatores que alimentam, induzem, possibilitam, fazem o colono adentrar para a atividade de prestação de serviço industrial, o qual vai além de aspectos puramente centrados nas ações propriamente ditas de trabalho e de remuneração.

Pensamos que, para o lado do colono, elementos como a terra, para produção agrícola de excedentes, o trabalho (mercado externo, profissionalização, maquinismo na roça etc.), a família (herança, número de filhos, diferenciações de projetos e intenções internas entre os filhos) e os vínculos mercantis (desejos de consumo, venda de produtos, ganhos da produção agrícola, espaços reduzidos ou não para trabalhar...), interligados e dinamizados, constituem, pelo menos, parte das racionalidades adaptativas envolvidas e parte das estratégias internas em direção ao trabalho nos ateliês.

2 AS PRÁTICAS DE TRABALHO INDUSTRIAL NO MEIO RURAL

Nos municípios analisados, existem, segundo informações de empresas terceirizadoras e de secretários das pastas de planejamento e projetos e a de agricultura de prefeituras da região, mais de uma centena de ateliês. É possível que, só nos espaços dos municípios indicados acima, mais 1.500 pessoas atuem nessa atividade só no meio rural.

No meio urbano, essa quantidade “pode muito bem ser duplicada”, como nos informou o responsável pela produção final de tênis de uma grande empresa de Nova Prata, o que foi corroborado por informação de um “entregador de materiais” para mais de “duas centenas de famílias” de confeccionistas individuais, a domicílio, que “andam todo o dia pelo meio rural da região” da Encosta Superior do Nordeste.

Nem as prefeituras, nem o IBGE nem as empresas dispõem de dados específicos sobre a atividade de confeccionista em ateliês. Os motivos disso giram em torno do fato de que, em grande parte, não há carteira de trabalho assinada (analisaremos isso mais adiante); do fato de haver uma rotati-

vidade muito grande de trabalhadores em razão da produção por demanda e de períodos de necessidade de maior envolvimento com atividades agrícolas, ou seja, de aspectos que dependem da empresa e também dos funcionários; há o fato, já mencionado, do aparecimento de pequenos ateliês sem registro e de muitos que desapareceram e continuam a desaparecer em razão da baixa remuneração, que em grande parte é provocada pela baixa produtividade em relação à estipulada por empresas terceirizadoras, que têm como parâmetro os ateliês mais bem aparelhados e da inexistência de uma força de trabalho especializada.⁵

Segundo relatos de um secretário de Agricultura e do responsável pela Emater de um dos municípios indicados, o grande problema da inexistência de dados e de informações elaboradas por órgãos públicos é que “é uma coisa nova na região. Não há ainda uma metodologia que dê conta de registrar essa atividade”.

Encontramos ateliês que deram férias coletivas para os funcionários em razão da baixa oferta de produção; outros, “porque já fizeram um bom estoque dos pedidos”; outros, ainda, tiveram, sazonalmente, de ampliar o número de funcionários em razão do aumento de pedidos; outros, “emprestaram”, temporalmente, trabalhadores ou auxiliaram na confecção de determinadas peças de ateliês concorrentes devido à urgência de entrega do produto e ao aumento dos ganhos em correspondência com as quotas previamente determinadas pela empresa-mãe; ainda, outros ateliês pararam a produção pela necessidade de dar férias aos funcionários e, em consequência, da dificuldade de se contratar temporariamente substitutos. Um proprietário disse que “nos ateliês se trabalha junto”, ou seja, é uma atividade coletiva, em série, parcelada e que necessita de um número mínimo de trabalhadores, na fala de um outro proprietário: de “colaboradores”.

Enfim, a dificuldade de mensuração desse contingente de trabalhadores, principalmente no meio rural, é muito grande, o que unicamente corrobora a afirmação de um administrador público da região de que “aqui no interior é só gente costurando bola e tênis. Isso é o que tá salvando a agricultura da região”.

É por isso que, com a pesquisa, possibilitamos visualizar que a atividade de confecção em ateliês não faz parte de um cenário mercantil marginal; está, sim, profundamente inserida num processo moderno de produção e de vínculos de trabalho e de mercantilização das ações, porém inserido em processos e vínculos tradicionais de vida e de organização funcional. O que acontece, sim, como diz Schörner (2000), apenas não está regulada mediante a vigilância da lei que opera sobre contratos de trabalho, ou seja, a informalidade do mercado significa apenas que outras instâncias do social, que não a legal, estão regulando as relações de trabalho.

Desse modo, as atividades informais estão imbricadas, muitas delas subordinadas ao formal, sendo superexploradas e sub-remuneradas por não estarem sob a proteção da lei, como é o caso das milhares de unidades familiares que confeccionam a domicílio na região. Essas unidades “representam a fragmentação do processo de produção em tarefas intensivas, em capital ou em trabalho, e podemos situá-las em diferentes pontos do mercado local e regional em função de suas vantagens comparativas. São fábricas-ateliês onde se realiza, mediante o uso da força de trabalho, a criação de uma massa de mais-valia particularmente elevada” (Schörner, 2000, p.133, 134).

Nas palavras desse autor há também a fragmentação de um processo já fragmentado da produção, isto é, “empresários” que contratam faccionistas para a realização de serviços. Porém, acontece que se esses não dão conta do serviço e contratam outros faccionistas para realizar parte do serviço para eles. Além disso, alguns faccionistas com mais empregados, para fugir dos encargos

⁵ Foi unânime a afirmação de proprietários de ateliês de que necessitavam de três a quatro meses para “deixar um funcionário especializado, produzindo bem e sozinho, sem precisar ensinar ou estar em cima. O mais brabo é quando mudam o padrão, o estilo do tênis, né. Ai, se pega o modelo e se dá umas orientações a mais”. Um outro proprietário nos disse que “as mulheres mais de idade aprendem mais fácil porque já têm o manuseio da costura. As moças não aprendem mais costurar em casa, então, mesmo tendo facilidade de entender o ponto, não têm muita sincronia com o movimento da máquina no pedal e mesmo com a velocidade que precisa, né”.

sociais, distribuem suas máquinas pelos vizinhos ou conhecidos, que acabam prestando serviços para eles e para outros.

Pelo fato de a terceirização ser informal, os vínculos entre terceirizadora e ateliês são muito tênues. A idéia que perpassa é de que só o último é que precisa do outro e que a recíproca não é verdadeira, pois há um desejo enorme das pessoas de se envolverem na atividade. Um proprietário chegou a dizer que “o bom mesmo é onde não tem concorrência, aqui, se tu der uma brecha, o outro te toma o espaço. [...]. O pacto que fizemos entre nós é que pelo menos nenhum tire o funcionário do outro, porque tu vê, tu prepara um cara e depois o outro te toma. [...]. cabedal,⁶ não, esse eu acho que tem pra todo mundo fazer”.

Os cenários dos ateliês apresentavam-se mesclados por inúmeras dimensões. Apenas para citar nesse momento algumas: simbolicamente, pelo viés da proximidade (física [lugar/local], do interconhecimento do grupo, da sociabilidade quase doméstica, do parentesco, compadrio, consangüinidade, dos objetivos comuns [remuneração por produtividade e/ou na forma de cooperados], da necessidade, também comum, de “encontrar trabalho” e de “sair um tempo da roça”), muito crivado por microrrelações de poder, de desconforto, principalmente quando os níveis de exigência de rapidez, produtividade ou de demandas por aumento de salário se apresentam.

Não podemos deixar de mencionar o que foi muito comentado tanto por proprietários quanto por trabalhadores: o temor cotidiano de que a empresa-mãe não aumente ou até reduza seus pedidos pelo fato de serem solicitados na forma de demandas, as quais são fruto de oscilações de mercado, comumente três a quatro dias em tempos curtos.

A concorrência local é outro aspecto. Há o receio de que o poder público reduza e/ou retire as vantagens concedidas aos proprietários de ateliês; o problema da legislação trabalhista, acrescido, ainda, da manifestação cotidiana de mulheres, principalmente em conversas no espaço comunitário e familiar, que dizem que estão “com problemas de varizes” que, quando faz calor nos espaços de produção, “não dá pra agüentar”, problemas de disfunção “nas costas”, redução e dor “de vista”, por ter de usar óculos, isso sem falar no cheiro da cola e da baixa remuneração, que cria condições para os donos de ateliês “construir casas bonitas como essa que tu vês do [...] e ainda comprar cada vez mais máquinas”.

Relatamos essas circunstâncias, ainda que de uma forma não detalhada, apenas para dar ênfase à noção de conflito que perpassa essa relação de trabalho. A presença e as ações de pesquisa com os proprietários e trabalhadores de ateliês, sutilmente, explicitaram essa dimensão cotidiana, cristalizada e não aparente relação de tensão num cenário marcado pela familiaridade, compadrios e dinâmicas locais de convívio e interconhecimento.

3 DINÂMICAS E ESTRATÉGIAS SOCIOCULTURAIS

O *ethos* de colono familiar que se redefine na contemporaneidade não funciona como uma estrutura cultural que obriga a permanência dos seus membros na roça; não obriga, nem significa a falência da liberdade o fato de estar no todo família enquanto unidade de convivência e de produção. Trabalhar num ateliê, para muitas mulheres, não significa se libertar, isolar-se do *todo* no conjunto do trabalho da família; liberdade não se reduz ao horizonte do trabalho. Idealizar esferas de liberdade implica adentrar em espaços bem mais amplos, demarcados nos meandros das representações sociais; significa perceber, dentre outros, que parcela de importância tem a pluriatividade e/ou o assalariamento no conjunto da interação com a família (Seyferth, 1992, Schneider, 1994).

É importante ver que há espaços, dimensões no cotidiano vivido e na organização da vida do colono; há subespaços e *subsentidos* que se articulam, cada um realizando um feixe de possibilidades presentes e justificadas num dado momento. A *corporalidade*, a *individualidade* e a *sociabilidade* estão presentes no cotidiano (Santos, 1994), articulando ações e racionalizações.

⁶A parte superior do tênis, sem o solado, é considerada cabedal. É o tipo de atividade que grande parte dos ateliês realiza.

O cotidiano nos expõe e nos põe frente a categorias materiais e imateriais, a normas e espontaneidades. Os espaços das *horizontalidades*, o vivido familiar e comunitário – lugar/local –, mesmo que sejam crivados por *verticalidades*, por lógicas empresariais, mercados, terceirizações, mercadorias etc., e imbricados em temporalidades, tendo o passado como herança e o futuro como incerto, obrigam a *negociações*.

Os colonos negociam nesse processo negociam sacrifícios com a possibilidade de trabalhos “leves”, com sociabilidades estigmatizadas com objetos próprios de espacialidades diferentes; cooperam no conflito, como é o caso dos ateliês e agroindústrias; constroem processos relacionais que implicam cidadania e se sentir localizado espacial e culturalmente, ainda que seja se adaptando a aspectos *fronteiriços* em termos de identidade e de relações no espaço rural que possuíam *afinidade* urbana.

As representações do capital industrial, do agroindustrial, do financeiro e do comercial no meio rural induzem delimitações de campos fronteiriços mais deslizantes, ou seja, ampliam, redefinem e/ou excluem categorias expressivas de vividos passados.

Observamos ser muito difícil para o agricultor familiar não se envolver com as agroindústrias e indústrias terceirizadoras nos municípios indicados. A produção contratual talvez seja, até o momento, a expressão máxima da organização da produção moderna da economia do meio rural em questão.

Mesmo tendo presente a normatização do comportamento econômico entre agricultura e sociedade global, sua especificidade frente a outros setores, seu tratamento diferenciado, sua vinculação ao mercado e aos processos de trabalho em geral, não podemos ignorar aspectos da identidade social dos atores envolvidos nos processos de trabalho e nas relações de produção. Esse aspecto é desafiador para a compreensão da análise, pois adentra para um referencial nem sempre muito claro.

Relações de trabalho, processos de aprendizagem, socializações internas, constituição e distribuição de patrimônios, investimentos, aspirações, iniciativas, inovações, interdependências, especialização, dispersão de atividades etc., todas, mesmo sendo inovadoras e imprimindo variáveis nem sempre bem conhecidas pelos agricultores, apresentam um modelo de racionalidade que, pelo menos em parte, se adapta à construção histórica do cenário agrícola e familiar do colono.

4 O GÊNERO NOS ATELIÊS DE CONFECÇÃO COUREIRO-CALÇADISTA

A análise das práticas de trabalho e de vida das mulheres no seio da família se dá com o intuito de perceber a *raiz social*, o coletivamente representado e a inscrição no contexto social organizador e (re)definidor da *representação* que conduz suas práticas cotidianas. Acreditamos que a busca do trabalho nos ateliês por parte de trabalhadores rurais, ou de outras estratégias internas, *objetiva fortalecer a condição de família de colono*.

As noções de *trajetórias* e de *estratégias* permitem-nos objetivar as experiências desses sujeitos em um sistema de relações no espaço e no campo familiar; podem nos dar condições de interpretar as formas de reprodução de relações de produção e de convivência, articulando diversos planos inseridos e *funcionais* com níveis estruturais e individuais.

Na opinião de confeccionistas nos ateliês, a saída das mesmas e de outras para o campo de trabalho assalariado nos ateliês depende, também, do ciclo de desenvolvimento dos filhos no grupo doméstico como um todo – “enquanto as crianças não exigirem muito, né. Algumas conseguem achar alguém pra cuidar, outras preferem elas mesmas. Tem duas aqui que trazem os nenês junto, pagam uma menina meio turno pra cuidar”.

Mulheres com crianças pequenas têm dificuldades ocupacionais externas; em algumas circunstâncias, mãe e filha acabam racionalizando a saída e a não-saída da unidade em função do padrão doméstico e demográfico e em função, também, do nível cultural, o qual pode levar essas mulheres

a ocupar papéis sexuais, o que demonstra a fragilidade que imprimem em seu espaço do lar. Um marido de uma confeccionista nos disse que “o ateliê emprega gente aqui e as mulheres empregam outras, nem que seja meio dia, para cuidar de filhos pequenos e fazer o serviço de casa, né. São duas, daí, que ganham emprego.”

O trabalho fora é considerado uma ajuda, um suplemento, ainda que, na prática, para alguns casos, seja a maior remuneração da família em seu todo, indo além do que podem auferir com a agricultura. Não há dúvida de que o salário subsidia o consumo e também propicia “fazê futuro”, “subir na vida”, “vê se um dia dá pra ter alguma coisa” para alguns, bem como melhora o sistema de trabalho agrícola pela aquisição de máquinas, de um pedaço de terra a mais, de insumos químicos e de uma infra-estrutura para a produção.

Nessa dimensão, que envolve a incorporação de membros no universo do trabalho, não há uma demolição pura e simples das relações que dão suporte às identidades e às representações sociais tanto de gênero quanto de vínculo social e familiar como alguns apregoam, no sentido de que um assalariado urbano ou rural no seio da família significaria que essa não existisse mais.

A família está espelhada e espalhada, porém, ao mesmo tempo, unida nesse horizonte de socialização de papéis. Quando casada, a mulher, além de dever obrigações ao marido, como a de ajudá-lo na lavoura, por exemplo, assume a responsabilidade por determinados saberes imprescindíveis, ainda hoje, tais como saber cozinhar, plantar hortaliças, passar e costurar. Esse último, segundo algumas entrevistadas, em significativa queda.

O foco das relações de trabalho, das estratégias de produção e reprodução do capital e da força de trabalho, enquanto relações sociais e culturais, permitiu visualizar o trabalho de confeccionista não só como uma alternativa da mulher agricultora à situação socioeconômica difícil que se expressa no meio rural hoje e, particularmente, na agricultura familiar, mas também pode ser visto como um espaço de adequação às formas próprias de organização, de inventividade, de afrontamentos; enfim, uma complexa articulação de atividades econômicas e domésticas, que permitem desvendar relações da esfera do trabalho com as dimensões da vida familiar, do contexto social e da vida local, relações essas viabilizadoras de estratégias das empresas e da unidade familiar também.

O árduo trabalho agrícola, a sua baixa remuneração, a falta de perspectivas de reprodução e ampliação do patrimônio, elementos ligados à herança, ao papel da mulher, a representação social de ser colono, entre outros, pelo lado do produtor rural, fortificam a inserção nesse horizonte de redefinições empresariais.

Se analisarmos a territorialidade local na relação do capital industrial têxtil, veremos que o espaço local e sua dinâmica interna do espaço econômico e da vida se relacionam com as denominações tecnológicas, de comercialização, de controle de qualidade, de instalações, de limitações de mercado, de níveis de produtividade, de negociações em relação a políticas públicas locais, de intervenção do Estado no setor no sentido de facilitar condições de mercado, de estruturações oligopólicas e oligopsônicas, da natureza mercantil do produto, dentre outras.

Há uma coexistência espacial-local de lógicas que vivenciam os conflitos das articulações de poder/autonomia, preços e comercialização, quantidade e qualidade, remuneração e produtividade, saber-fazer/saber *técnico*, seleção/desligamento, custo/benefício para os trabalhadores e empresas e seus representantes, trabalhar “fora”, mais “fora” que em casa, estratégia entre liberdade/contingência, entre limites de opções e precariedades, entre ter mais dinheiro para gastar, sendo um bom consumidor, ou “deixar pra botá na terra”, dentre outros. São todos elementos que passam e que se imbrincam no cotidiano vivido, que se articulam no concebido e que materializam formas de ver (percebido), motivações, incentivos, rupturas/redefinições e permanências.

O trabalho aparece nos relatos *ambiguamente* – expressando certa consonância com a noção de *ethos de colono* – como “necessidade”, “obrigação”, “inevitável”, como “bom”, como “só por falta de terra”, como “melhora”, “leve”, como “solução”, como “começo de algum futuro”, como “alternativa”, como forma de “subir na vida”, de “fazer algum capital” etc. Buscamos saber se esses proces-

tos de trabalho externo são manifestações de *contradições de identidade* de colono ou de reafirmações/redefinições e descontinuidades de interesses do *ethos de colono* e das investidas do capital industrial e de suas representações de identidades (operários/cidadinos, colonos/operários, integrados etc.).

Já falamos sobre o fato de que nos ateliês, a presença de jovens é muito intensa. Esse processo possui várias dimensões que podem estar na perspectiva econômica, política, cultural (sair do seio familiar e desvincular-se da identidade de agricultor etc.), social, empreendedorismo presente e futuro (novos saberes, profissões, mais perspectivas de futuro) etc.

No cenário interno do ateliê, em termos apriorísticos, processam-se relações entre vizinhos, sociabilidades que se alimentam pelo interconhecimento, pelo parentesco, pela cooperação (alguns atuam como cooperativas de trabalho); não raro, há a presença de irmãos, portanto estão presentes nesse cenário relações mais amplas, códigos e normas de convivência social socializadas e socializantes adaptadas aos convívios e interações sociais do meio rural e de relações comunitárias, além de ser um espaço de cristalização de desejos bastante homogêneos principalmente entre os jovens.

A pluriatividade das trabalhadoras nos ateliês de bolas e de tênis expressa a mobilidade e a diversidade do fator trabalho no meio rural, potencializando-o e espacializando-o socialmente.

A agricultura, em tempo restrito, fica condicionada, além dos aspectos de que falamos, à forma e aos tempos de como a mulher assume os trabalhos pluriativos no interior da família. A instabilidade e/ou estabilidade desse processo vai depender de fatores remuneradores, bem como de aspectos objetivos e materiais presentes e futuros, como a herança, “colocação” como eles dizem, e o patrimônio.

A flexibilidade de hierarquia, de funções e de tempos de trabalho, redefinidos em correlação ao trabalho *da* e *na* roça, está em correspondência, respeitando o horizonte da especificidade funcional, os processos de descentralização industrial e sua flexibilização em termos produtivos e estruturais, os quais ocorrem na região e em vários espaços econômicos, bem como no âmbito da força de trabalho e no papel que o emprego assume em todos os espaços da sociedade brasileira atual (Schneider, 1994).

5 O INTERNO DOS ATELIÊS

Os ateliês visitados na região possuem infra-estrutura variada em termos de tamanho, número de funcionários, quantidade de máquinas e, conseqüentemente, de produção etc.; porém, em termos de atividades, clima, *layout*, distribuição de atividades no espaço, são bastante homogêneos.

As relações de trabalho se tecem num ambiente de pouco diálogo. Em alguns ateliês, os trabalhadores introduzem tampões nos ouvidos para reduzir o ruído das máquinas.

Além do diálogo pouco expressivo, a concentração precisa ser total: “vai gente visitar, entregar material, falar com o responsável pelo ateliê, mas a gente nem pode ver quem é. Tem máquinas que são automáticas, né, são programadas numa velocidade tal, principalmente as de duas agulhas, então, não tem muito que olhar para os lados. Claro, dá para controlar a velocidade no pedal, mas não muito. Então, tu tem de acompanhar a velocidade dela”.

Além do ritmo frenético das máquinas e sua quase sobredeterminação em relação ao movimento das ações dos trabalhadores, percebemos que o ruído interno nos ateliês é muito alto; o cheiro de cola é exalado em todo o ambiente; muitas peças/fios são cortadas por um fio quente (elétrico), que, ao ser acionado, produz uma fumaça que exala um cheiro forte na sala. Quem trabalha nessa atividade comumente usa uma proteção no nariz.

A presença feminina é a maioria, 91 % em todos os ateliês visitados. Grande parte dos trabalhadores é composta por uma faixa etária que varia entre 16 e 30 anos, com grande preponderância para jovens entre 18 e 25 anos.

Em termos de ganhos para os trabalhadores, a aplicação feita varia de acordo com os níveis de necessidade da família e a correlação desses com os desejos individuais, principalmente de jovens. Não obstante, a canalização desses sucessivos para atividades agrícolas é bem presente; em segundo plano está o espaço do lar, modernidades e consertos; em terceiro lugar; serve para suprir carências dos filhos em relação a vestimenta, alimentação etc.

Dependendo da canalização dos recursos advindos do trabalho nos ateliês, a centralidade nas decisões obedece à dimensão do gênero na família: o homem para fora, a mulher para *dentro*. No entanto, a grande maioria das mulheres entrevistadas relatou que, no fundo, são os maridos e/ou pais que decidem.

A opção das empresas terceirizadas pela absorção de jovens em seu quadro funcional, leva a, nesse aspecto dos recursos, permaneça uma parte significativa nas mãos dos jovens para alimentar desejos e aspirações pessoais, presentes e/ou futuras.

Em termos de lucro pelos proprietários de ateliês, a resposta foi unânime no sentido de afirmar que trabalham “com média baixa”. Segundo os entrevistados, as empresas “pressionam pra baixo, e nós temos de manter os colaboradores [funcionários] em dia, motivados. Faz já dois anos que o valor por hora produzida pago pela empresa é o mesmo, e o frete subiu, a gasolina, o salário, a luz, as máquinas e a manutenção delas, né. A empresa alega sempre o mercado, o mercado que tá pressionando, que o lojista exige isso e aquilo, que o juro tá alto e, aí sobra sempre pro último anel da corrente, né”

É nesse horizonte geral e complexo de trabalho e suas correlações internas e externas que se viabilizam modos de atuações empresariais. Qualidade, quantidade, controle do preço da matéria-prima, seleção, diferenciações de trabalhadores e seu nível de saber, possibilidade de envolvimento e necessidade do mesmo, provisionamento sistemático e assimétrico da matéria-prima e do produto semi-acabado para a empresa-mãe, adoção intensa de sistemas, ações e objetos técnicos e químicos, os moldes de estruturas industriais, funcionam como mecanismos totalizantes na constituição do trabalho das confeccionistas.

Autonomia, liberdade, rentabilidade, estatuto social de confeccionista, a contemplação jurídica dos processos de trabalho e de comercialização, a modernização técnica, as lógicas de rentabilidade, as rupturas e as reafirmações, tanto fora como dentro da sistemática de trabalho, as formas de reivindicações e negociações, que normalmente têm margens reduzidas de viabilidade, dentre outros, são espaços, horizontes eficientes, possíveis, ideais e funcionais, de adaptações estratégicas que os colonos acio-nam e vivenciam, muitas delas em consonância com os proprietários dos ateliês, que também se julgam “explorados pelas empresas grandes” que os vinculam e os “exprimem cada vez mais”.

Interesses estão em jogo, ritmos e funções das condições os dinamizam. Essa dinâmica depende também dos produtos, das variações das condições dos atores produtivos, das intencionalidades acionadas e da percepção subjetiva e material que as ações de trabalho nos ateliês ocasionam e/ou projetarão.

O mercado, a família, a terra, os ateliês, o gênero, o desemprego, o “fazer futuro”, a lucratividade, o empreendedorismo, dentre outros, aglutinam-se em espaços comuns, produzindo atividades materiais, mercadoriais, identidades, coletivas e individuais e projeções, como o lucro, a renda, os ganhos, a sobrevivência, a “colocação” etc.

Uma confeccionista nos contou que passou o domingo anterior auxiliando o irmão a plantar milho. A maioria delas é solicitada em períodos de pico na agricultura e/ou em atividades cotidianas, como é o caso da produção de leite, em atividades no sistema de integração agroindustrial, no ramo fumageiro. Uma outra confeccionista nos disse que “nunca deixei de fazer algo na agricultura porque assumi o trabalho no ateliê, a gente ter de ser multifuncional como eles dizem, uma dose de sacrifício, ou tu te desdobra ou vai passar fome”.

Percebemos a presença constante da idéia de que “fazê as duas coisas se tem comida e sempre um dinheirinho, é claro, trabalhando mais também, né.” Se o trabalho no ateliê é *leve*, é preciso cumprir um horário, talvez trabalhando mais horas do que na roça e, além do mais, há o fantasma cotidiano do desemprego, fruto da potencial possibilidade de redução de demanda por parte da empresa-mãe.

As atividades nos ateliês, apesar de serem realizadas em correspondência com as do conjunto da família, recebem conotações diferenciadas em termos de identificação e participação. Entretanto, isso não significa que não sejam exteriorizadas, até, talvez, por ser visível o envolvimento das mulheres no trabalho, seja na roça, seja na empresa urbana ou nos ateliês e pedreiras. Em todo e qualquer lugar e atividade na família, aspectos provedores de rendas mercantis têm a parcela de contribuição do envolvimento feminino.

A busca de rendas externas na unidade, assalariadas ou não, na forma não agrí-cola, expressa a personificação de uma *identidade flexível* e descentralizada em relação ao fator terra, ao fator trabalho agrícola e, ao mesmo tempo, aproxima e complexifica relações com agentes do espaço urbano/industrial e comercial e de dimensões puramente mercantis. Porém, essa *nova identidade* não está em desconexão com a trajetória histórica da busca de estratégias de produção e de reprodução de indivíduos e famílias no meio rural e do colono, bem como das empresas, no sentido de ampliar a acumulação capitalista, sob relações informais e terceirizadas (Alentejano, 1997; Schneider, 1994, 1999; Anjos, 1996; Schörner, 2000).

Encontramos em vários ateliês mães e filhas trabalhando juntas. Desse modo, parece que há, nesse ramo específico de trabalho, certa identidade entre papéis domésticos e de atividades produtivas, assim como a inserção socializadora de alguns membros da família, normalmente adolescentes/moças, na acumulação de um capital doméstico ou no orçamento familiar, bem como no capital cultural da unidade, ainda que em trabalhos não internos à unidade, no caso, a roça.

Os discursos e práticas cotidianas no espaço local familiar e comunitário, também sindical, por mais que praticamente, para as categorias analisadas, seja quase que inexistente, tendem a fortalecer a centralidade do trabalho como categoria absoluta e como poder germinador no processo de alteração das hierarquias, dominações e divisões sociais, familiares e no próprio trabalho. Julga-se que não se pode atribuir apenas a um processo, ou seja, o trabalho e sua remuneração, principalmente o exercido fora, a condição para determinação do *status social* e diferenciação de papéis na família.

6 O QUE É SER UM EMPREENDEDOR INDUSTRIAL NO MEIO RURAL

A interiorização das empresas calçadistas para a região significa a adoção de modernas técnicas de produção e de eficientes processos e relações de trabalho, as quais, na indústria urbana, no espaço da fábrica, não eram tão facilmente materializadas.

A localização dos ateliês deve-se à forte presença de grandes indústrias do ramo a partir da década de 1990, da existência de um grande número de unidades familiares numa região de alternativas reduzidas de sobrevivência (envolvendo nisso as questões de herança, o bloqueio fundiário, a especulação fundiária e sua conseqüente elevação do preço da terra, os tipos de produtos, a baixa remuneração na agricultura etc., somando-se a isso tudo, o desejo de grande parte dos chefes de unidades familiares em reproduzir-se enquanto colonos) e permanência de membros familiares na unidade doméstica.

Analisado em termos de intencionalidades e vantagens das empresas-mãe, veremos que alguns aspectos, apenas alguns, já são suficientes para percebermos o quanto é vantajoso para elas esse processo de terceirização. O elemento primeiro é o fato de que o capital não precisa, unicamente, encarregar-se na reprodução do trabalho; o *ethos* de agricultor familiar dedicado ao trabalho para a unidade, ou seja, envolvido numa célula maior, disciplinada e ordenada para a produção, é outra

questão importante; o fato de sua remuneração ser considerada complementar da renda da família não é a única a permitir a sobrevivência da unidade; além de disseminar a idéia que são os ateliês e seus “colaboradores” os considerados promotores do desenvolvimento e do progresso local, possibilitando a viabilização de pequenos empreendimentos locais geradores de renda e de trabalho. Com isso tudo e muitos outros elementos, as empresas conseguem adquirir performance concorrencial nos mercados (Schneider, 1999).

Inseridos nesse cenário e induzidos por fatores empresariais, já indicados, grande parte dos ateliês analisados na região surgiu da percepção de alguns empreendedores, comumente jovens, que possuíam certo capital de giro, conhecimento no ramo e nos vínculos empresariais do ramo calçadista, capacidade de enfrentar riscos etc. O nascimento e desenvolvimento dos ateliês pesquisados possuem determinações locais e também externas, contato e insistência de representantes de empresas, incentivos do poder público, possibilidade de financiamento com custos reduzidos etc.

Tanto a Igreja Católica local quanto o poder público favoreceram, e continuam incentivando, material e logisticamente a dissiminação de ateliês. Ambas as instituições foram mediadoras, expressando aspectos simbólicos, como o *ethos* de trabalho, o vínculo familiar, a sociabilidade, a idoneidade do colono, bem como avalizando seu poder e interferência no cotidiano sociocultural do mesmo, e expressando também aspectos econômicos, como o financiamento, as isenções fiscais, a infra-estrutura, o acompanhamento gerencial e organizativo em termos funcionais. A mediação política e econômica das prefeituras talvez tenha sido e continue sendo a força expressiva para consolidação dessas relações de trabalho na região.

Assim, a indústria de confecções é, talvez, um dos exemplos mais marcantes de como o capitalismo pode envolver relações de produção ambíguas e múltiplas, que existem em paralelo e inter-relacionadas com um foco dinâmico.

O importante, como nos disse um representante de uma empresa terceirizadora e corroborada por proprietários de ateliês, é fazer com que o colono assimile que a indústria é a extensão de sua propriedade rural, de modo que ele, visceralmente, absorva a condição de “colaborador”.

Na visão de Schörner (2000, p. 130), ao mesmo tempo, é preciso que o colono assuma o ritual da fábrica em sua própria casa, adotando os ensinamentos colhidos na empresa, de modo a racionalizar seus recursos e compatibilizar seus ideais com os da empresa. O desejo do empresário é o de manter essa população em seus locais de origem, com o benefício imediato de que boa parte da reprodução do trabalhador seja garantida pela propriedade rural, aliviando o empresário das pressões que sofreria se essa mesma mão-de-obra estivesse na cidade e contasse com o salário como única forma de sobreviver, até porque há uma ética do trabalho cristalizada na família e que se preserva nesse espaço no meio rural, mas dificilmente se preservaria no espaço urbano em sua identidade de operário.

Tendo presentes as relações familiares, a gestão e a intencionalidade em conjunto das rendas obtidas, o novo sentido da coabitação, do universo da profissionalização e das trajetórias individuais e variadas que convergem em torno dos interesses comuns à família, é possível localizar a estratégia do deslocamento de parte do tempo do trabalho, que até então era agrícola, para alguma atividade que se confunde, em termos de espaço e de tempo, entre moradia e trabalho. Mesmo assim, os ateliês não deixaram de constituir uma alternativa de sobrevivência, sendo, para alguns e em alguns momentos, a principal fonte de renda da família. Alguns pais de família nos disseram que, entre as vantagens estão a tentativa de estancar o êxodo das famílias rurais, os problemas sociais de desemprego, a marginalidade etc.

Grande parte dos ateliês adota um sistema de ganhos por produtividade, “daí o funcionário não barganha tanto, né, já que é uma mão-de-obra que, depois de especializada, é escassa. Cada um recebe uma caixa cheia de peças adaptadas para costurar, contém uns 20 pares, ou mais, dependendo do modelo, terminou a tarefa, toca a caixa pra outra máquina fazer outra parte. É em cadeia, meio em série como faziam antigamente nas grandes empresas, né. Se uma não desempe-

nha, a outra reduz a produção e daí a produtividade também cai. As máquinas, hoje, são programadas em razão do tipo de costura e do modelo do cabedal. Os funcionários se acostumam com isso”. Alguns proprietários de ateliês distribuem prêmios pela ausência de absenteísmo durante o mês, valor esse que chega em torno de R\$ 15,00 mensais, pois necessitam fazer um remanejamento interno quando há ausência de um funcionário, o qual nem sempre preenche a atividade a contento.

Os proprietários de ateliês não tinham dificuldades em afirmar que prestavam um serviço que deveria ser reconhecido pela comunidade e pelo poder público municipal e distrital por propiciar alternativas de organização da vida econômica de jovens e do local como um todo. Pessoas da comunidade, não vinculadas ao setor, diziam que o distrito andava bem porque os ateliês se faziam presentes.

As mulheres têm horários mais flexíveis do que os homens, relatou-nos um proprietário, por isso é aceitável a opção de se trabalhar nos ateliês. Diz que não é um trabalho de gênero, pois há ateliês que empregam homens, ainda que em número reduzido em termos de quantidade, mesmo em atividades de costura e de acabamento. “Muitos estão desacorçoados com a agricultura, com a quantidade de veneno no fumo, a integração com as agroindústrias é boa, mas exige grandes investimentos e tem de botar em cima, [investir/innovar] sempre. Aqui pra eles é só o serviço; é enjoado, cansativo, mas muitos até dizem que se sentem bem no meio das mulheres [risos...], melhor do que tá nos morros, nas pedreiras. [...]. A agricultura não perdeu muito com isso. [...]. Diversificar a produção exige gente e mercado. [Veja-se o que eles pagam pelo leite!] A empresa de Nova Prata, e a gente também, já sabe que no meio rural, quem é do meio rural trabalha melhor, é eficiente, responsável, obediente, quer vencer a parada e têm outros valores. Os da cidade têm o trabalho como compromisso, aqui na roça não é assim. Não que eu queira falar, mas têm empresas da cidade que vêm fazer reunião nas comunidades para transporte de trabalhadores do meio rural, preferem esses. Se se oferecesse trabalho aqui, elas ficam, não precisam se deslocar. Essa é também a grande vantagem. E, depois, tem mais, eles não largam a roça; eles têm mais essa opção. Agora com o preço alto dos produtos trabalham mais ainda. Essa dá garantia de serviço”.

A administração do ateliê “é mais doméstica”, disse-nos um proprietário. Acreditam ser esse aspecto mais positivo do que negativo tendo em vista que ambos se “conhecem e querem mostrar serviço e precisam do emprego, além do que, eu jogo sempre limpo. Se há um pedido grande e o tempo é reduzido, eles se propõem a trabalhar no sábado, uma ou duas horas, e até fazem horas extras; não se impõe ordem severa, conversa-se e abre-se o jogo. [...]. As empresas ficam bem, pois se livram dos funcionários, dos encargos, custo de infraestrutura, há sempre uma mão-de-obra no meio rural disponível, principalmente de quem não estudou. Dizem eles [os terceirizadores], que sofrem também porque o lojista vai expremendo o que vem atrás e o último elo é o ateliê”.

Quando discutíamos sobre a organização da categoria de proprietários de ateliês, a tônica ficou sempre na idéia de que não havia algum tipo de organização, “nem mesmo o sindicato dos trabalhadores em confecção tem grande respaldo aqui, na cidade sim”.

Não há organização nenhuma, o que existe são acordos informais, em espaços próximos entre proprietários no sentido de não atrair funcionários do outro. A remuneração conserva certa homogeneidade em termos quantitativos, “até maior dos que trabalham na cidade, e muito mais dos que costumam em casa”. Os proprietários se sentem incapacitados de fazer pressão junto às empresas terceirizadoras pelo fato de que “não te dão mais serviço, tá tudo quieto, prometem te desligar. É mais pretexto acho, porque eles também precisam de matéria-prima”.

Há um complexo de relações que fragiliza os dois lados mais fracos da cadeia, no entanto é bom não perder de vista o fato de que se reproduzem relações de dependência no interior do próprio ateliê, no âmbito da comunidade com relação à esfera da demanda e oferta de trabalho, da necessidade de empreendimentos absorvedores de mão-de-obra, de preferência, local; há uma

comunidade de interesses, a qual, em alguns momentos e por ocasião de algum motivo, se irmana, em outras circunstâncias, produz, ou expressa conflitos.

Percebemos que nos foi difícil entender algo desse conjunto de relações presentes na esfera do ateliê sem um pouco de conhecimento de aspectos que se desenvolvem na família do agricultor tanto para o empreendedor quanto para o trabalhador. Aspectos ligados à herança, à venda de terras para irmãos para possibilitar a acumulação de recursos para viabilizar o empreendimento foi o caso de três entrevistados, assim como em razão da falta de possibilidade de herança, alguns filhos optam ou são induzidos a encontrar atividades alternativas, deslocando-se total ou parcialmente da unidade produtiva agrícola, porém permanecendo no meio rural.

7 EM SÍNTESE, O QUE UM ATELIÊ, NO MEIO RURAL, ESTARIA REPRESENTANDO NO CONJUNTO DOS PROCESSOS DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DE TRABALHO ATUALMENTE?

Tem-se claro, pelo que foi analisado até então, que os ateliês localizados no meio rural e vinculados a um sistema de terceirização e subcontratação de atividades industriais, representam formas de trabalho em tempo parcial, regras anônimas e individualizadas de contratação, descentralização de processos produtivos, flexibilização de processos de trabalho, remuneração de formas de trabalho na esfera da circulação, na entrega das peças.

Esse processo manifesta novos métodos organizacionais para fazer frente à crise do sistema fordista de produção, o qual não impede a precarização, subcontratação, desqualificação e má remuneração do fator trabalho objetivado na mercadoria, ou seja, não impede, ao contrário, dinamiza novas e velhas formas de subordinação, instabilidade, transferência, para terceiros, dos riscos que o mercado oferece. O mesmo agrega, num mesmo espaço, formas modernas e tradicionais de vínculos de trabalho expressos pela presença da família, de parentes, de amigos, de uma dinâmica de interconhecimento, ao mesmo tempo, permite “enxugar” a produção, a redução de custos fixos e de investimento em rotatividade tecnológica, etc.

A informalidade, o aumento da jornada de trabalho, trabalhos sem registros, forte presença da gestão familiar, entre outras, manifestam, com os ateliês, profunda adaptação aos novos padrões de flexibilidade do processo de trabalho. Os novos padrões de confecção de produtos, novos estilos, padrões de qualidade, aumento de produtividade, a irregularidade nos pedidos, a ausência de possibilidade de um planejamento de longo prazo pelo proprietário do ateliê, a necessidade de “estar preparado” para a entrega dos pedidos em tempo determinado (o que, em muitos casos, implica a absorção de uma mais-valia relativa e também absoluta por parte do empreendedor e do comerciante), o contrato informal que alimenta o vínculo entre contratada e contratante, dentre outras questões, produzem uma relação cotidiana de conflito, de exigências, de obrigações, de fiscalização, de trabalho árduo num período e, em outro, de preocupação por falta de trabalho, no interior do ateliê.

O ateliê industrial no meio rural, manifesta, também estratégias de racionalidades produtivas das empresas para fazer frente à crise do capital, bem como inserido num cenário de crise da agricultura familiar e desejo de inovar, de alterar processos de trabalho e de ser pequeno empreendedor.

Os empreendedores rurais são uma categoria de pequenos proprietários capitalistas, porém não possuem grande capital de giro nem estrutura de mercado e de produção para se autonomizarem. Sendo assim, são e estão sempre dependentes de alguma empresa, ainda que sejam possuidores dos meios de produção. Os referidos empreendedores, ainda que sejam de reduzido porte (capitalistas ou não), têm condições de acumulação ainda pequenas e as relações de dependência cada vez mais se fortalecem.

Os pequenos empreendedores contratam trabalhadores externos e os assalariam; são donos do capital, mas também são trabalhadores remunerados pelo produto produzido, extraem sobre-trabalho dos trabalhadores, porém não possuem poder de decisão sobre o que, quanto e como produzir. A empresa decide por eles, ou seja, quem retém sua mercadoria. Na condição de mediador do capital industrial e comercial, seu lucro é dependente de sua prestação de serviços, que não possui nenhum tipo de garantia.

A remuneração, como se viu, acontece por peça produzida, desse modo, a quantidade de trabalho é controlada pelo próprio produto, pela intensidade de trabalho, pelo tempo de trabalho corporificado num *quantum* de mercadorias previamente determinado.⁷

Desse modo, o ateliê, ainda que “estando aqui no meio da roça”, como disse um proprietário, representa formas e configurações do modo pelo qual o capital gerencia o trabalho atualmente. O toyotismo é sua expressão, ou seja, a sua característica de produção variada, diversificada e pronta para, também, diversificar o consumo. Esse último sendo o que determina o que será produzido (estoque mínimo, *just in time*, *kanban*), incentiva o trabalho em equipe, o aumento de salário em decorrência do aumento de produtividade, a flexibilização dos trabalhadores (direitos e tempos flexíveis), etc. Esse processo de flexibilização das formas de remuneração, exigência toyotista, não está presente nas contratantes só, mas é parte integrante nas relações de produção extensiva na rede de serviços de subcontratadas.

As formas de trabalho flexíveis no horizonte do ateliê não impedem a extração de mais-valia, ainda que essa se produza em meio as formas sociais e culturais tradicionais de produção como é o caso da relação “familiar” e “comunitária” que se produz no interior dos mesmos.

Existem ateliês que produzem seu produto e articulam uma rede de intermediários, fornecedores e vendedores, independentes ou não, envolvidos no processo. O comerciante, nesse sentido, pode vender o produto acabado, bem como pode ser o fornecedor da matéria-prima para o confeccionista, nesse caso, de certa forma, controla grande parte do processo produtivo e mercantil em geral.⁸ Percebeu-se que muitos proprietários de ateliês se subordinam a uma rede de comerciantes, o que não deixa de ser uma forma intermediária de exploração do trabalho pelo capital. Com isso, os proprietários de ateliês estão ainda mais submetidos aos imperativos do mercado, ou seja, sua sobrevivência dependerá, na totalidade, do serviço que têm para oferecer. O empreendedor desenvolve mais a idéia da apropriação pelo próprio esforço, porém necessita das condições oferecidas pela sua subcontratante para produzir.

Desse modo, os processos de desregulamentação do trabalho, por meio de outras formas de contrato, como o “por peça”, aparentam uma sociedade em que não existe mais assalariados e capitalistas, mas, sim, compradores e vendedores de mercadorias semi-acabadas.

O surgimento de novos formatos e relações de trabalho pelo viés do assalariamento e das atividades pluriativas no meio rural reorienta ações e vínculos com o meio rural e com a produção agrícola.

Nessa redefinição espaço/territorial, os vínculos mercantis e a divisão social interna/família e regional/local do trabalho passam pelo crivo das estratégias internas ambientadas e racionalizadas adaptativamente pelo contexto social e econômico da sociedade, ou, então, pela racionalidade familiar do agricultor.

Há um intrincado jogo de relações que mediatizam a família e o meio rural em termos externos e internos e que objetivam sua reprodução, suas realizações materiais, sua fragmentação e unidade, sua individualidade e sua coletividade, suas pressões externas e suas estratégias, sendo essas últimas em profunda objetividade ao mundo social, ao contingente e real vivido pelos agricultores na família, nas várias manifestações de trabalho, de convívios em espacialidades variadas, em suas

⁷ Ver COLLI, J. *A trama da terceirização*: um estudo do trabalho no ramo da tecelagem. Campinas: Unicamp, 2000.

⁸ Ibid.

dinâmicas de reprodução e de mercantilização, bem como em suas representações e imaginários de presente e de futuro.

Essa combinação de atividades agrícolas com outras, no caso dos ateliês, obedece a processos de divisão social, familiar e gênero do trabalho, de meios e fatores de remuneração de representações sociais consolidadas no âmbito econômico, (provedor, fazer capital, preservar a agricultura como agente de produção) e cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENTEJANO, P. R. *Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais*. Dissertação - Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1999.
- ANJOS, F. S. dos. *A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC)*. Pelotas: Ufpel, 1996.
- BAGNASCO, A. *Tre Itálie. La problematica territoriale dello sviluppo italiano*. Bologna: Il Mulino, 1997.
- BRANDÃO, C., R. *Partilha da vida*. São Paulo: Cabral, 1995.
- BRUSCHINI, C. Trabalho domiciliar masculino. *Tempo e Presença*. Rio de Janeiro, ano 15, n. 269, p. 35-38, 1993.
- BRUMER, A. O sexo da ocupação. *Revista da Anpocs*, n. 8, São Paulo, 1988.
- CARNEIRO, M. J., *Pluriatividade: uma resposta à crise da exploração familiar?* Rio de Janeiro, CPDA, [s.d.] (texto para discussão).
- _____. *Pluriatividade e agricultura familiar: algumas questões operacionais e teóricas*. In: VII ENCONTRO DA APIPSA. Pelotas, 1998.
- COLLI, J. *A trama da terceirização: um estudo do trabalho no ramo da tecelagem*. Campinas: Unicamp, 2000.
- JELIN, E. Família y género. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: IFCH/UFRJ, n. 2, p. 394-412, 1995.
- LAMARCHE, H. La pluriactivité agricole: une solution pour les agriculteurs marginalisés? In: A.R.F., op. cit., p. 195-202.
- SEYFERTH, G. *A colonização alemã no Vale do Itajaí - Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1974.
- SCHNEIDER, S. *Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul*. Dissertação - Campinas: IFCH/Unicamp, 1994.
- _____. As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. *Ensaio FEE*, ano 16, n. 1, p. 105-129, 1995.
- _____. *Agricultura familiar e pluriatividade*. Tese (Doutoramento) - UFRGS - Porto Alegre. 1999.
- SCHÖRNER, A. *O arco-íris encoberto. Jaraguá do Sul, o trabalho e a história: operários, colonos-operários e faccionistas*. Joinville: Oficina Comunicações, 2000.
- RODRIGUES, A., M. Lugar e imagem da mulher na indústria. In: *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- SAFFIOTI, H., I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- TEDESCO, J. C. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: UPF Editora, 1999.
- VILLANI, P. *La pluriattività negli spazi rurali: ricerche a confronto*. Milano: Silvana Editoriale, 1990.
- WOORTMANN, E. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: Hucitec, 1995.